

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O TOMBAMENTO E A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL NA AMAZÔNIA: O CASO DO COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT.

*THE LISTING AND PROTECTION OF CULTURAL HERITAGE IN THE AMAZON: THE
CASE OF COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT.*

Cássia Regina dos Santos Baía^{1 2}
Allan Carlos Moreira Magalhães³

RESUMO // RESUMEN

Este artigo analisa o tombamento do Colégio Gentil Bittencourt em Belém, Pará, como uma ação de preservação do patrimônio cultural amazônico. Sendo o colégio um representante da arquitetura eclética educacional, um símbolo da Belle Époque. Construído entre o final do século XIX e início do século XX, o colégio reflete as influências europeias que moldaram o desenvolvimento urbano da cidade, fazendo parte de uma herança transcultural, através das diferentes linguagens arquitetônicas que compõe o ecletismo brasileiro, formando uma expressão singular. A pesquisa explora como o tombamento atua na preservação do bem, para além da sua conservação de estrutura física, como também de memória e a identidade coletiva da comunidade local, em um contexto em que o patrimônio cultural é um importante agente de pertencimento e desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE /

Ecletismo. Patrimônio Cultural. Amazônia. Colégio Gentil Bittencourt. Tombamento.

ABSTRACT

¹ Arquiteta e Urbanista, mestranda em arquitetura e urbanismo, no PPGAU/UFPA.

² Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado andamento, que busca, a partir de métodos e conceitos da antropologia e da arqueologia, explorar a noção de patrimônio arquitetônico pelo viés mais amplo, visando assim apresentar uma discussão mais profunda sobre o que, como e porque preservar o passado.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/UEA). Doutor em Direito Constitucional (UNIFOR) e Pós-doutorado pela mesma instituição. Mestre em Direito Ambiental (UEA). Colíder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Direitos Culturais (GEPDC/UNIFOR). Advogado da União (AGU).

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

This article analyzes the listing of Colégio Gentil Bittencourt in Belém, Pará, as an action to preserve Amazonian cultural heritage. The school is a representative of eclectic educational architecture, a symbol of the Belle Époque. Built between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, the school reflects the European influences that shaped the urban development of the city, forming part of a transcultural heritage, through the different architectural languages that make up Brazilian eclecticism, forming a singular expression. The research explores how listing acts in preserving the property, in addition to conserving its physical structure, as well as the memory and collective identity of the local community, in a context in which cultural heritage is an important agent of belonging and sustainable development.

KEYWORDS

Eclecticism. Cultural heritage. Amazon. Colégio Gentil Bittencourt. Tipping.

INTRODUÇÃO // INTRODUCCIÓN

A Região Amazônica apresenta um crescimento lento e difícil, desde os primeiros núcleos urbanos implantados pelos portugueses no período colonial (Derenji, 1987). Até o fim do século XVIII, a Cidade de Belém, tinha apenas dois núcleos que eram separados pelo alagadiço Pirí, a Cidade e a Campina (Ferreira 1783-1784), com um número reduzido de edificações, a maioria eram casas feitas em taipa de somente um pavimento, com poucas igrejas e conventos, e suas ruas eram estreitas e tortuosas.

Como medida de desenvolver a região economicamente, a Coroa no século XVIII, funda as Companhias do Comércio, tornando Belém a Capital do Estado do Grão Pará e Maranhão (Derenji, 1987). A cidade e região vivem a partir desse período um ciclo de prosperidade e acelerado crescimento com novas edificações e passando a economia a integrar ao mercado internacional.

O período do ciclo da borracha, começa na segunda metade do século XIX e se entende até a Primeira Guerra Mundial, no qual Belém se expande de forma grandiosa, contornando os igarapés, obedecendo as imposições do relevo, que resulta em trama urbana irregular. Assim, a exportação da borracha com a balança comercial positiva favoreceu as mudanças da vida e do aspecto da cidade, importando-se tudo para a construção da cidade que refletisse essa ascensão

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

da economia, em contrapartida a população menos favorecida sofria com os altos preços fixados pela situação (Derenji, 1987).

Na transição do século XIX para o século XX, a economia da borracha em Belém foi de grande importância para o desenvolvimento da cidade que viveu sua fase áurea em vários sentidos. O potencial da borracha foi previsto e algumas iniciativas foram antecipadas pelo secretário de obras públicas e posteriormente intendente João Coelho Gama e Abreu (1855-1894), mais conhecido como o barão do Marajó (Chaves, 2017; Fonseca, 2014).

Essas iniciativas refletem, alguns anos mais tarde na gestão do Intendente Antônio Lemos, que capitaliza a demanda pela borracha e comercialização no exterior (Chaves, 2017; Castro, 2010). As influências europeias, mais precisamente francesas, denotam uma época da história de Belém, que é consagrada com um marco temporal de grande vaidade até os dias atuais.

Esse processo, de grande influência na sociedade e economia paraense é batizado de *Belle Époque*. Esse período foi notável em diversos cenários, principalmente quando se fala em economia e sociedade. Como símbolo da modernidade e progresso em uma cidade amazônica, o apogeu da exploração gomífera, repercute em Belém, com virtudes de uma cidade digna de ser chamada de metrópole.

Alguns edifícios ocupam locais representativos da memória e do patrimônio cultural em suas localidades, podemos dizer que o Colégio Gentil Bittencourt é um destes exemplares na cidade de Belém, Pará. Com uma arquitetura de presença marcante na paisagem urbana, é impossível não notar a presença de um majestoso edifício eclético, apesar da movimentada Avenida Magalhães Barata. O prédio apresenta recuo na fachada principal, próprio das edificações da Belle Époque e dentro do atual tecido urbano o colégio ainda tem a sua importância e oponência, sendo hoje, uma instituição de ensino particular, que engloba desde o ensino infantil (ensino básico) até o ensino médio (Colégio Gentil Bittencourt, 2023; Godoy; Furtado; Baía, 2024).

O Colégio Gentil Bittencourt surge no contexto brasileiro como uma instituição educacional, que assume um papel representativo na arquitetura escolar e como símbolo e bem patrimonial da Cidade de Belém ao longo do tempo. Sua fundação ocorre em um período marcado por transformações sociais, econômicas, educacionais e de infraestrutura, como foi a Belle Époque, termo bastante associado à modernização da cidade e das edificações com novas tecnologias construtivas e materiais (Gonçalves, 2022).

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

As edificações escolares são um fator muito importante dessa época, pois neste momento o Brasil estava se consolidando como República, sendo necessário espaços escolares para educar os novos cidadãos republicanos (Ermel, 2011). Nesse sentido, a preservação, adaptação e a longevidade da escola são aspectos que provocam o debate e a investigação desse espaço, sendo ele simbólico, dentro do contexto do patrimônio cultural, regional, amazônico e brasileiro, devido ser a escola mais antiga em funcionamento ininterrupto do Brasil (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, 2023).

A história da instituição refere-se ao período colonial, com sua fundação em 1804, como o Recolhimento das Educandas. No século XIX, o prédio da instituição, foi um exemplo de construção para outros prédios. A edificação foi erguida entre os anos de 1893 e 1899 e oficialmente inaugurado em 1906, após a reforma do governador Augusto Montenegro, confiando aos cuidados das irmãs Filhas de Sant'Ana. O colégio foi o primeiro do Brasil, com a função de educar de forma exclusiva meninas órfãs, a fim de garantir a elas instrução primária e outras atividades (Souza, 2015; França; França, 2011; Couto *et al*, 2016).

O Colégio Gentil Bittencourt enquanto instituição de abrigo e de ensino surge em 1804, criado pelo Bispo do Pará, Manoel De Almeida Carvalho, como Recolhimento das Educandas para abrigar meninas indígenas. Em 21 de novembro de 1851, Fausto Augusto de Aguiar, presidente da Província do Pará, expede os Estatutos do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, em que fica criado definitivamente, com essa denominação, com o propósito de educar meninas desvalidas (Vianna, 1906; França; França, 2011).

O declínio da borracha levou ao fim da fase áurea da cidade que resultaram em tempos de dificuldades econômicas devido falta de recursos destinados aos serviços e ao desenvolvimento da cidade (Penteado, 1968). Contudo, este período deixou um conjunto de bens arquitetônicos como o Colégio Gentil Bittencourt que detém qualidades que o habilitam a proteção pelo tombamento como patrimônio cultural.

METODOLOGIA // METODOLOGÍA

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo de Tombamento do Colégio Gentil Bittencourt, como uma ferramenta de proteção ao patrimônio cultural. O estudo se baseou em uma abordagem qualitativa, com a análise de documentos históricos, incluindo o

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

Termo de Aditamento e Ratificação de Tombamento do Colégio Gentil Bittencourt pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará.

De pesquisa bibliográfica e documental, para fundamentar sobre as origens da escola, seu histórico, arquitetura e para compreender os conceitos de patrimônio cultural e tombamento enquanto política de preservação. Foi também realizada pesquisa em diferentes fontes, como banco de dados virtuais (monografias, dissertações, teses) como repositórios da capes e outros utilizando palavras chaves, sobre publicações a respeito do tombamento, patrimônio cultural, patrimônio histórico, ecletismo e outros em meio físico e virtual (em arquivos públicos e biblioteca).

O trabalho também utilizou de pesquisa de campo como forma de coleta de dados, a fim de entender o contexto local, levantar informações sobre a escola, além de registrar em forma de anotações as suas visitas para documentar toda a evolução do trabalho de forma escrita e fotográfica. O levantamento fotográfico e as visitas ao local permitiram uma análise das mudanças arquitetônicas ao longo do tempo, proporcionando uma compreensão visual do impacto das políticas de preservação.

A pesquisa também utilizou recortes em jornais, com relação ao período de interesse da Belle Époque e ao período atual. Buscando analisar em diferentes veículos sobre a compreensão do bem em diversos períodos. Sendo esse tipo de pesquisa através de jornais e periódicos essencial para compreensão da sociedade e a sua época, como os costumes, acontecimentos sociais, notícias, notas policiais, jogos, literatura, poesia, conselhos médicos, moda etc. (Luca, 2008, p.121).

A pesquisa nos jornais se desenvolveu em meio físico na hemeroteca da SECULT, CENTUR, e outros, como também em meio virtual, através dos sites de notícias dos mais importantes veículos do país. O trabalho analisou plantas, desenhos, fotografias, e catálogos da época de sua construção e posteriores, que ajudarão a mapear algumas alterações construtivas ao longo dos anos, tecendo comparações com o que hoje existe na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO // RESULTADOS Y DISCUSIÓN

O tombamento como política de proteção ao patrimônio cultural

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O patrimônio cultural enquanto realidade social, é preservado pelo direito, regido por um ordenamento jurídico nacional que define duas categorias de atores essenciais: o poder público e a comunidade, aos quais são confiados a missão de uma atuação conjunta, com a tarefa de selecionar, promover e proteger os bens culturais (Magalhães, 2020).

O patrimônio cultural tradicionalmente opera como um meio de legitimar o poder, construindo uma “mitologia das origens” e uma “genealogia” que o perpetua através das gerações (Poulot, 2009). Para Campos e Murinho (2017), o patrimônio cultural está exercendo um papel cada vez mais de destaque na vida das comunidades, e com isso tendo um maior reconhecimento e consciência do seu valor, enquanto identidade e refúgio dessa coletividade, assumindo atualmente um eixo importante para o processo de desenvolvimento da sustentabilidade no território.

A democratização do acesso ao conhecimento, é uma tarefa que ainda precisa ser cumprida, para se chegar aos debates sobre preservação do patrimônio de forma mais justa e igualitária, e só assim poderemos falar de salvaguarda do patrimônio, a partir das perspectivas das pessoas que fazem o uso cotidianamente desses bens e que contribuem para a sua manutenção e permanência.

No Brasil, o período que compreende o Estado Novo (1937-1945), o nacionalismo foi promovido como política de Estado, passando pelo processo de institucionalização da preservação do patrimônio cultural, marcado pelos conceitos de monumentalidade e excepcionalidade que hoje não são os únicos critérios para definir o valor cultural de um bem.

O tombamento como meio de proteção surge nesse período, junto com a criação do SPHAN, com a necessidade de promover a pesquisa científica, estudos sistemáticos sobre a arte brasileira, buscando atender aos critérios de objetividade exigidos pelas ciências, tornando o patrimônio histórico e artístico um objeto de conhecimento científico e também objeto nacionalista, buscando afirmar a autenticidade da cultura brasileira por meio de um patrimônio que representa a identidade da nação (Magalhães, 2020).

De acordo com Magalhães (2020 apud Gonçalves, 2002), outro marco significativo na política de patrimônio cultural é a partir da direção do SPHAN de Aloisio Magalhães, em 1979, que promove uma mudança na forma de entender o patrimônio cultural. Essa fase da instituição é bem importante, pois é a partir dela que a noção de bens culturais é estabelecida, por relacionar ao cotidiano das pessoas, com ênfase na diversidade cultural como algo a ser protegido e

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

integrado ao desenvolvimento do país, e passar a ter uma aproximação entre conhecimento técnico e saber popular.

Essa mudança motivada por Aloisio Magalhães, é vista “como um processo de transformação histórica e não em termos de uma clássica exemplaridade do passado. O passado é valorizado na medida em que pode sustentar a construção de um futuro projetado” (Magalhães, 2020 apud Gonçalves, 2002). Esse novo entendimento amplia a concepção de patrimônio cultural e incorpora a ideia de diversidade cultural como componente de uma identidade nacional, tornando-se um aspecto essencial no processo democrático, formalizado na Constituição de 1988, passando então, o patrimônio a ser percebido como um conjunto bens culturais que refletem o cotidiano e estão integrados à vida das comunidades, incluindo construções simples, mas com valor cultural significativo para o grupo, afastando-se da visão de monumentos grandiosos ou de patrimônio vinculado exclusivamente a grupos dominantes ou de grande valor artístico, estabelecendo uma conexão entre o patrimônio cultural material e imaterial (Magalhães, 2020).

O patrimônio cultural não determina uma identidade estática, já que ao longo do tempo a cultura vai sendo modificada e as mudanças vão sendo incorporadas e a cada modificação realizada e assim assumindo novas realidades e funções baseadas nas “dinâmicas de reconhecimento e de apropriação, que são criados laços emotivos de pertença, entre as comunidades e os patrimônios, numa garantia de continuidade de utilização das *máquinas de memória*, quer no tempo presente, quer para o futuro” (Campos; Murtinho 2017, p. 147).

Para Castro (1991) A preservação é um conceito amplo, em que “é toda e qualquer ação do Estado que visa conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma nação”. O tombamento é uma forma legal de preservação, mas há alternativas que não interferem no direito de propriedade, como incentivos concedidos pela administração para a conservação de bens ou para apoiar manifestações culturais.

A legislação contempla uma variedade de leis para a proteção do patrimônio cultural sem que a intervenção do Estado dependa exclusivamente do tombamento. Assim, o tombamento é apenas uma das muitas formas de atuação do Estado na preservação de bens culturais, não sendo a única nem a mais drástica (Ferreira, 2008). Nesse sentido, como observa bem Paulo Affonso Leme Machado (1986), uma das finalidades do tombamento é conservar o bem, permitindo que a propriedade permaneça com o particular e evitando a estatização de todo o patrimônio

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

cultural. Embora o proprietário mantenha o domínio, o bem passa a estar sujeito a “um regime jurídico de tutela pública (Ferreira, 2008).

O patrimônio no século XX, assume cada vez mais protagonismo, que excedem as fronteiras disciplinares (entre história, estética ou história da arte, folclore ou antropologia). O reconhecimento de novos patrimônios nas décadas de 1970 e 1980, demonstram o entusiasmo pela valorização e promoção do patrimônio, fazendo dele uma verdadeira cruzada no mundo ocidental em que engloba os agentes públicos e privados, o patrimônio pode ser conceituado pelo seu valor estético, pela sua realidade física documental, ilustrativa e de reconhecimento sentimental (Poulot, 2003).

O tombamento do Colégio Gentil Bittencourt acontece em 01 de novembro de 1982, justamente em uma das épocas de bastante fervor do patrimônio, especialmente o edificado. A justificativa para o tombamento da escola de acordo com “Termo de Aditamento e Ratificação de Tombamento” da Secretária de Cultura (SECULT), do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico e Cultural (DEPHAC), levou em consideração o caráter excepcional da escola, suas atribuições enquanto bem parte da paisagem urbana do Município de Belém, onde vinha ocorrendo de forma acelerada, a descaracterização por modificação.

As análises indicam que o tombamento do Colégio Gentil Bittencourt foi uma ação fundamental para sua preservação, enquanto símbolo da arquitetura eclética e da Belle Époque na Amazônia, destacando a relevância do colégio como uma referência cultural e educacional de Belém.

O seu tombamento demonstra o esforço para proteger a identidade cultural local contra a descaracterização, fenômeno muito comum em cidades em expansão, ainda mais quando se trata da sua estimada localização. O colégio, até os dias atuais mantém sua função educacional, representando a resiliência do patrimônio cultural em um contexto urbano de transformações constantes. A análise documental e a observação realizada *in loco* demonstram que a arquitetura da edificação, com a sua monumentalidade, implantação no terreno, fachada recuada e elementos ornamentais de influência europeia, permanece a ser um ponto de referência na paisagem urbana de Belém.

O tombamento vai além de uma mera proteção física do edifício, mas atua como uma ferramenta de fortalecimento e consolidação da memória coletiva e de afirmação identitária de sua população que o reconhece como um símbolo cultural, ainda mais por fazer parte de uma

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

das maiores manifestações culturais e religiosas do mundo, como é o Círio e Festividade de Nossa senhora de Nazaré⁴.

A discussão reforça a ideia de que a proteção ao patrimônio cultural é essencial para o desenvolvimento sustentável das comunidades, pois promove a valorização dos elementos históricos e o pertencimento local. Além disso, o estudo ressalta a importância de uma visão mais inclusiva e dinâmica do patrimônio cultural, que considere não apenas a preservação de monumentos grandiosos, mas também de locais significativos para a vivência e a identidade das comunidades locais, sendo também um local importante para o desenvolvimento do patrimônio imaterial como é o Círio.

Além disso, precisa lidar com os efeitos da noção de modernidade na belle époque que desenvolveu um modelo idealizado de cidade moderna, elitizada e europeia, que se consolida como memória coletiva da cidade, criando uma verdadeira nostalgia do ciclo da borracha, ao longo das décadas seguintes nas instâncias de poder, nas aspirações individuais ou sociais, na chamada “cidade Sebastiana” (Castro, 2010), que conforme Chaves (2017) é uma cidade dos sonhos é uma cidade fantasmal, assombrando as gerações posteriores, de “uma saudade do que não se viveu” (Chaves, 2017).

Assim o presente estudo aponta para a necessidade de superar a noção de modernidade que impregnou a belle époque para ampliar o valor do tombamento agregando a ele contribuições para o reconhecimento do patrimônio cultural como um componente vital da cidadania e da diversidade cultural na Amazônia.

CONCLUSÃO // CONCLUSIÓN

Por muito tempo a noção de patrimônio brasileiro privilegiou bens essencialmente de tradição e origem europeia, identificados como os pertencentes as classes dominantes. O entendimento sobre esse problema tornou-se possível frente as políticas de patrimônio desenvolvida pelos estados com discussões no âmbito nacional e internacional, com o objetivo de ampliar a abrangência da política de patrimônio aos países e grupos de tradição não europeia,

⁴ (O Círio de Nossa Senhora de Nazaré Círio é uma importante manifestação religiosa, realizada na Cidade de Belém, no estado do Pará, que ultrapassa dois séculos de realização, reunindo cerca de 2 milhões de pessoas a cada ano. Foi oficialmente consagrado como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) 05 de outubro de 2004, e elevado à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2013).

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

a fim de que sejam reconhecidos os testemunhos de sua cultura como patrimônio cultural da humanidade (Fonseca, 2003).

Nesse sentido, é importante compreendermos patrimônio cultural para além de um conceito que abrangem as mais diversas culturas, manifestações, paisagens e ambientes. Mas um conceito que engloba os aspectos antropológicos, sociológicos, histórico e estéticos que os compõem, que aliado ao conceito de cidadania, implica reconhecer os direitos culturais de diferentes grupos constitui a sociedade a representação da identidade nacional (Fonseca, 2003).

No final do século XX, com o despertar para os patrimônios imateriais, houve um aumento na utilização do vocabulário da antropologia social e cultura moderna e a concepção antropológica de cultura, assim como o patrimônio um ponto central na busca pelo reconhecimento e registro das culturas populares (Gonçalves 2015).

Dessa forma, o patrimônio pode ser visto não apenas como algo situado em um tempo ou espaço distante e inatingível, mas também como um processo presente, contínuo, conflituoso e interminável de reconstrução que precisa lidar e ressignificar os valores do passado para incorporar as referências culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira que devem colaborar com o poder público na proteção do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS // REFERENCIAS

CAMPOS, J. C.; Martinho, V. Patrimônio mundial. Revista estudos do século xx, n. 17, p. 145–161, 27 dez. 2018.

CASTRO, Fabio Fonseca de. *A cidade sebastiana. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade*. Belém: Edição do autor, 2010.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAVES, Celma. Belém e os sentidos da modernidade na Amazônia. **Revista Amazônia Moderna**, v. 1, n. 1, p. 26-43, 2017.

COELHO, Geraldo Mártires. BELÉM E A BELLE ÉPOQUE DA BORRACHA. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 32–56, 2016. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p32. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2891>. Acesso em: 19 dez. 2023.

COLÉGIO Gentil Bittencourt. [S. l.], 9 maio 2023. Disponível em: <https://gentilbittencourt.com.br/novo/>. Acesso em: 8 maio 2023.

CONHECER PARA PRESERVAR. Disponível em: <<https://www.secult.pa.gov.br/projeto/17>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

COUTO, A. et al. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades São Paulo -SP, 13 a 16 de julho de 2016 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA 1 XII Encontro Nacional de Educação Matemática O COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/5498_4237_ID.pdf>.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Ed. da UFPA, 1973. 2. v. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo).

DERENJI, Jussara da Silveira. Arquitetura eclética no Pará. In: *Arquitetura brasileira*, São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

DERENJI, Jussara da Silveira. *Arquitetura nortista: a presença italiana no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Porto Alegre, Porto Alegre, 1992.

DIAS, Diego Nogueira. Paradoxos da “identidade nacional” nos discursos arquitetônicos de Lucio Costa e Sylvio de Vasconcellos. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 28, p. 1–26, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e14. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/162221>.. Acesso em: 9 set. 2024.

ERMEL, Tatiane de Freitas et al. O gigante do alto do bronze: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913 1930). 2011.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado). Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”.

FERREIRA DE ASSUMPTÃO ALVES, A. O Tombamento como Instrumento de Proteção ao Patrimônio Cultural. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 98, p. 65-98, 1 jul. 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, p. 59-79, 2003.

GODOY, Renata de; FURTADO, Giulia Gama Tobias; BAÍA, Cássia Regina dos Santos. **Arquitetura enquanto patrimônio numa perspectiva interdisciplinar: ressonância, materialidade e subjetividade em questão**. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ)**, 8., 2024, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ENANPARQ, *no prelo*

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 28, p. 211-228, 2015.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Ação civil pública (ambiente, consumidor, patrimônio cultural) e Tombamento*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

MARANHÃO, Haroldo. **Pará, capital: Belém: memória & pessoas & coisas & loisas da cidade**. Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 2000. 377 p.

MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. *Patrimônio cultural, democracia e federalismo: comunidade e poder público na seleção dos bens culturais*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 31-71.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

MICELLI, Sergio. SPHAN: Refrigério da Cultura Oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: SPHAN; pró-Memória, n. 22, p. 44-47, 1987.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio Cultural em Belém. 247 f. Belém, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

PENTEADO, Antônio da Rocha Penteado. *Belém. Estudos de geografia urbana*. Vol. II, Belém: Ed. UFPA, 1968.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia**. Campinas, SP: Pontes: Associação dos amigos da História da Arte: CPHA: IFCH: Unicamp, 1998. (Pandora)

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. 230 p. (Coleção Açaí). ISBN 9788578030551 (broch.).

SOUSA, Celita Maria Paes de. Fragmentos da história da educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 62, p. 144–156, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i62.8640498. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640498>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO, Processo de Tombamento n °0793. Belém, 1982

SOUZA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de; França, Samara Avelino de Souza. Colégio Nossa Senhora do Amparo: casa de oração, educação e trabalho. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 43e, p. 175–186, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i43e.8639959. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639959>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SOUZA, S. B. A. et al. *Planejamento municipal e preservação do patrimônio cultural: conceitos básicos*. Brasília, [s.n.], 1982.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: EDUFPR, 2004.

UNESCO (Paris) (ed.). Círio de Nazaré (The Taper of Our Lady of Nazareth) in the city of Belém, Pará. *In: UNESCO (Paris). Círio de Nazaré (The Taper of Our Lady of Nazareth) in the city of Belém, Pará. [S. L.]*, 2013. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/cirio-de-nazareth-the-taper-of-our-lady-of-nazareth-in-the-city-of-belem-para-00602>. Acesso em: 18 out. 2023.

VIANNA, Arthur. **O Instituto Gentil Bittencourt: Esboço teórico**. Belém: Tup. Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1906